

Demonstrações Contábeis

AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A.

31 de dezembro de 2022 e 2021

AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A.

Relatório da administração

A AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A. (AMBIENTIS) busca oportunidades de investimento e de administração de projetos estruturados de destinação final, tratamento, valoração e aproveitamento energético de resíduos, sempre com o compromisso de preservar o meio ambiente, num quadro de sustentabilidade econômica e social.

A Companhia atua em projetos de implantação e operação de aterros sanitários, tratamento, valorização e aproveitamento energético de resíduos, e enxerga potencial de expansão no setor através de novas tecnologias, projetos estruturados, aquisições e parcerias estratégicas.

A AMBIENTIS atualmente possui participações de 49,00% na VIASOLO Engenharia Ambiental S.A. (VIASOLO); 33,33% na ESSENCIS MG Soluções Ambientais S.A. (ESSENCIS MG); 27,50% na Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A. (EMTR) e 33,50% na NGP Nova Geração Participações S.A. (NGP).

Integrando o Grupo BMPI Infra, investidora brasileira com grande *know how* nos setores de Saneamento, Ambiental, Transporte e Logística, Energia, Infraestrutura Social e *Real Estate*, o impacto positivo da atividade da AMBIENTIS sobre a qualidade do ambiente, a saúde pública, os níveis de atendimento e a sustentabilidade global do setor de resíduos é resultado de uma cultura empresarial pautada pelo rigor, transparência, profissionalismo e conhecimento técnico da equipe.

Desempenho

No exercício de 2022 o resultado foi aderente ao Plano de Negócios da empresa, tendo os esforços da Companhia sido direcionados ao desenvolvimento e operacionalização dos investimentos em curso. Pautados pelos mais rígidos padrões éticos e pela disciplina de capital, a Companhia busca continuar a incorporar valor ao seu portfólio atual.

Do ponto de vista da operação, manutenção e administração das empresas investidas, o ano de 2022 representou a continuidade na consolidação das operações, com foco no melhoramento da gestão, dos processos, dos sistemas e, em especial, na capacitação e bem-estar de pessoas. Particular e especial destaque para a investida EMTR que, de comum acordo, teve o contrato de PPP com o Governo do Estado de Minas Gerais rescindido. Tal fato motivou o recebimento de indenização do Poder Concedente, com a consequente mudança da estratégia de atuação da Companhia e reformulação do respetivo Plano de Negócios.

Adicionalmente, foi dada continuidade para a consolidação da participação da NGP que, através da PCN Suzano S.A. (PCN), deu seguimento tanto à operação de Unidade de Incineração de Resíduos, quanto ao processo de implantação de Planta de Gaseificação de Resíduos, que permitirá um tratamento e destinação final de resíduos ambientalmente adequados, além da

geração de energia limpa e sustentável. No decorrer do ano de 2022 a PCN obteve a Licença Prévia da Planta de Gaseificação, estando no aguardo da Licença de Instalação a ser emitida pelos Órgão

O desempenho da AMBIENTIS em 2022 foi marcado, ainda, pelos riscos e incertezas decorrentes da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e do conflito Rússia-Ucrânia. Neste contexto, nas investidas da Companhia foram mantidos Comitês de Crise e de Continuidade dos Negócios, com a adoção de medidas visando a preservação da saúde, segurança e bem-estar dos colaboradores, bem como a continuidade das atividades, garantindo atendimento integral aos usuários e clientes.

Desta forma, os Comitês de Crise e de Continuidade dos Negócios implementaram planos nas investidas com o objetivo de viabilizar:

- A continuidade de suas operações e a proteção dos seus funcionários e clientes, com medidas tais como: disponibilização de infraestruturas tecnológicas (conexões, equipamentos e acessos) para atender à demanda por trabalho remoto (home office), revisão dos protocolos de saúde e segurança e intensificação da higienização dos ambientes de trabalho, antecipação do programa de vacinação contra a gripe, uso de plataformas colaborativas para promover reuniões e encontros virtuais.
- A preservação do fluxo de caixa e reforço da liquidez, visando manter a resiliência financeira. Destacam-se a revisão orçamentária com o objetivo de revisão dos investimentos, de redução de despesas e, em determinados casos e quando cabível, a ampliação das linhas de crédito com a contratação de capital de giro para reforço do caixa.
- O apoio no combate ao avanço do Coronavírus, com a realização de medidas externas que pudessem (e possam) minimizar os impactos da COVID-19 e contribuir com a sociedade dos municípios onde as investidas atuam, seja direta ou indiretamente.

A Administração da AMBIENTIS e das Investidas analisaram os riscos e incertezas relacionados à pandemia de Covid-19 e conflito Rússia-Ucrânia, não tendo sido identificados impactos relevantes que requeressem ajustes sobre as informações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Nos aspectos financeiros, por comparação com o ano de 2022, a VIASOLO teve um importante aumento de sua receita líquida atingindo a marca de R\$ 82.547 mil, frente a R\$ 68.201 mil no ano anterior, além do aumento do Resultado Líquido que alcançou o valor de R\$ 11.252 mil, por comparação com o montante de R\$ 5.664 mil do ano anterior.

Na ESSENCIS MG o destaque vai para a contratação de operação de financiamento via emissão de Debêntures por forma a assegurar a realização de maior volume de investimentos pela Companhia, além da manutenção de uma posição de caixa robusta.

Relativamente à EMTR, em comum acordo com o Governo do Estado de Minas Gerais procedeu-se ao distrato do contrato, mediante a celebração do termo amigável de rescisão contratual e pagamento da correspondente indenização. Os esforços na EMTR irão centrar-se no

reposicionamento estratégico da Companhia, nos mercados publico e privado de destinação final de resíduos.

Com a otimização da operação e esforços comerciais dos últimos anos, a PCN solidificou o crescimento de sua carteira de clientes, dando continuidade à operação da Unidade de Incineração de Resíduos de Suzano/SP, mesmo com todos as dificuldades impostas pela pandemia e pelo conflito Rússia-Ucrânia. A NGP, por consequência, obteve uma receita líquida consolidada de R\$ 11.283 mil. A Companhia segue com a operação do Incinerador e dando sequência às demais fases de implantação da Planta de Gaseificação, tendo avançado com o processo de obtenção das Licenças necessárias, possuindo já a Licença Prévia da Planta de Gaseificação, e estando focada na engenharia executiva e demais contratações necessárias à implantação do futuro empreendimento.

Receitas

A empresa, por ser uma holding de investimentos no setor de resíduos, não possui receitas diretas auferidas no período.

Equivalência Patrimonial

Fruto das prestações de suas investidas, em 2022, a Companhia apresentou um resultado de equivalência patrimonial, 62% maior que em 2021. Esta melhoria se deu principalmente pelo resultado da VIASOLO que cresceu frente a 2021, saindo de R\$ 5.661 mil para R\$ 11.251 mil. A ESSENCIS MG em 2021 apresentou um Resultado de Equivalência de R\$ 7.468 mil, reduzindo para o valor de R\$ 4.094 mil em 2022. Destaque para a NGP que, através da PCN, gerou resultado líquido negativo de R\$ 201 mil.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro do exercício de 2022 foi menor em relação ao ano anterior. O resultado foi decorrente da remuneração das aplicações financeiras detidas pela empresa.

Lucro Líquido

Em 2022 a AMBIENTIS apresentou um lucro líquido de R\$8.287 mil, 38,49% superior ao registrado no ano de 2021. Pelo anteriormente exposto, a composição do lucro líquido da Companhia assenta na equivalência patrimonial de suas investidas. O resultado está em linha com o projetado no Plano de Negócios da empresa, refletindo a capacidade de gestão das participadas e da própria Companhia.

Compliance

A AMBIENTIS possui, e dissemina ativamente junto de suas Investidas, um Sistema de Gestão de Compliance e Antissuborno dotado de mecanismos de integridade, em consonância com o cumprimento das leis, com requisitos e recomendações desenvolvidos pela Organização

Internacional de Normatização - ISO, com tolerância zero a atos de corrupção, suborno, lavagem de dinheiro, discriminação e comportamentos antiéticos.

Em sua governança corporativa, a AMBIENTIS estabeleceu que o Sistema de Gestão exerce reporte direto para o Conselho de Administração, que cabe determinar as diretrizes que devem orientar as relações internas e externas de todos os funcionários, administradores, diretores, conselheiros e acionistas. Os mecanismos do Sistema de Gestão visam consolidar as iniciativas para a promoção e o fortalecimento da cultura ética, da integridade, da tolerância zero ao suborno e mitigação de riscos.

A AMBIENTIS segue consolidando e ratificando o cumprimento dos requisitos legais e legislação aplicável e demonstrando, para os seus concorrentes, clientes, parceiros e stakeholders, a importância de um mercado mais íntegro e ético.

DS
FB

DS
A

DS
BCCDS

DS
f

AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

Índice

Demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais.....	7
Demonstrações dos resultados.....	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis	12

AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A.

Balanço patrimonial em
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.508	30
Impostos a recuperar		3	2
Partes relacionadas	4	2.549	-
Total do ativo circulante		5.060	32
Ativo não circulante			
Partes relacionadas	4	419	419
Investimentos	5	68.362	64.383
Total do ativo não circulante		68.781	64.802
Total do ativo		73.841	64.834
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante		-	-
Total do passivo circulante		-	-
Passivo não circulante			
Partes relacionadas	4	2.869	840
Total do passivo não circulante		2.869	840
Patrimônio Líquido	6		
Capital social		6.133	5.413
Reserva de capital		41.015	41.015
Reserva de lucros		23.824	17.565
Ajustes de avaliação patrimonial		-	1
Total patrimônio líquido		70.972	63.994
Total do passivo e patrimônio líquido		73.841	64.834

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DS DS DS DS
FB A BCLDS

AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas Gerais e Administrativas	7	(13)	(9)
Despesas tributárias		-	(1)
Equivalência patrimonial	5	8.297	5.100
Lucro antes do resultado financeiro		8.284	5.090
Resultado financeiro líquido	8	3	7
Lucro líquido do exercício		8.287	5.097

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DS

FB

DS

A

DS

BCCDS

DS

†

AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	8.287	5.097
Outros resultados abrangentes coligadas, por equivalência	(1)	1
Resultado abrangente do exercício	8.286	5.098

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DS

FB

DS

A

DS

BCDS

DS

1

Ambientis Soluções Ambientais S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

		<u>Reserva de lucros</u>							
	<u>Notas</u>	<u>Capital social</u>	<u>Capital a Integralizar</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de lucros retidos</u>	<u>Resultado do exercício</u>	<u>Ajuste de Avaliação Patrimonial</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>5.681</u>	<u>(1.270)</u>	<u>41.015</u>	<u>800</u>	<u>12.943</u>	<u>-</u>	<u>0</u>	<u>59.169</u>
Integralização de capital	6.a	-	1.002	-	-	-	-	-	1.002
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	5.097	-	5.097
Constituição de reserva legal	6.c	-	-	-	254	-	(254)	-	-
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	6.d	-	-	-	-	-	(1.211)	-	(1.211)
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	-	3.632	(3.632)	-	-
Outros resultados abrangentes de coligadas		-	-	-	-	-	-	1	1
Distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	(64)	-	-	(64)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6	<u>5.681</u>	<u>(268)</u>	<u>41.015</u>	<u>1.054</u>	<u>16.511</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>63.994</u>
Aumento de Capital		452	-	-	-	-	-	-	452
Integralização de capital	6.a	-	268	-	-	-	-	-	268
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	8.287	-	8.287
Constituição de reserva legal	6.c	-	-	-	172	-	(172)	-	-
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	6.d	-	-	-	-	-	(2.029)	-	(2.029)
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	-	6.086	(6.086)	-	-
Outros resultados abrangentes de coligadas		-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6	<u>6.133</u>	<u>-</u>	<u>41.015</u>	<u>1.226</u>	<u>22.597</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>70.972</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações dos fluxos de caixa

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro Líquido dos exercícios		8.287	5.097
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades pelas atividades operacionais			
Resultado de equivalência patrimonial	5	(8.297)	(5.100)
		(10)	(3)
(Redução) dos ativos operacionais			
Impostos a recuperar		(1)	1
Caixa líquido (aplicado) nas atividades operacionais		(11)	(2)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de investimentos	5	(720)	(1.778)
Dividendos recebidos		2.489	2.517
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		1.760	739
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de Capital	6	268	1.002
Aumento de capital		452	-
Dividendos pagos		-	(2.433)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento		720	(1.431)
Aumento / (redução) líquido de caixa e equivalentes		2.478	(694)
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		30	724
No final do exercício		2.508	30
Aumento / (Redução) líquido de caixa e equivalentes		2.478	(694)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DS DS DS DS
FB A BUDS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A (“Companhia”) é uma holding de investimentos e participações focada no Setor de Resíduos, situada na Rua Paraíba, 1.124 - sala 02 – Bairro Savassi – Belo Horizonte – MG, com início de suas operações em março de 2015. A Companhia participa do Setor através de suas investidas, com especial foco nas vertentes de tratamento e gerenciamento, valorização e destinação final de resíduos, públicos e privados.

1.1. Covid-19

Como é amplamente conhecido, em dezembro de 2019, um surto de uma doença contagiosa - Coronavírus-COVID-19 - começou na China e, desde o início de 2020, se espalhou pela Europa, Estados Unidos e vários outros países, incluindo o Brasil, sendo decretado estado de pandemia pela Organização Mundial de Saúde em março de 2020. O surto de COVID-19 se desenvolveu rapidamente em 2020 e as medidas tomadas para conter o vírus afetaram a atividade econômica mundial, que por sua vez tiveram algumas implicações nas atividades da Companhia, todavia não foram notados impactos significativos nas operações da Companhia, suas coligadas e suas controladas em conjunto em decorrência da pandemia.

A Companhia está cumprindo os protocolos de saúde e segurança estabelecidos pelas agências e demais autoridades sanitárias, monitorando a evolução da situação e avaliando, em permanência, o impacto da COVID-19 em seus negócios. Até o presente momento a Administração da Companhia não identificou impactos significativos decorrentes da COVID-19 em suas operações

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que

compreendem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto em caso de certos instrumentos financeiros que são mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas e resumidas a seguir ou nas notas explicativas da respectiva rubrica. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no período apresentado, salvo disposição em contrário.

A Companhia considera que coligada é uma entidade sobre a qual exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. O investimento da Companhia em suas coligadas é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial - vide nota explicativa 5 para maiores detalhes.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.3. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 31 de março de 2023.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia, e, também, a moeda de apresentação.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes

a) Alteração ao CPC 27 - "Ativo Imobilizado"

Em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado.

b) Alteração ao CPC 25 - "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"

Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a Companhia não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos.

As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) Alteração ao CPC 15 - "Combinação de Negócios"

As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas--continuação

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022--continuação

c) Alteração ao CPC 15 - "Combinação de Negócios"--continuação

As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 Business Combination (equivalente ao CPC 15 (R1) - Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do 'dia 2' decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 Levies, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição.

As alterações também adicionam um novo parágrafo ao CPC 15 / IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

d) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros

A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da Companhia durante o período.

A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1. Essas alterações não tiveram impacto nas

demonstrações financeiras da Companhia.

2. **Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas--continuação**

Normas emitidas, mas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. A Companhia não espera efeitos relevantes para as referidas normas.

a) IFRS 17 - Contratos de Seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação.

Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. O objetivo geral da IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Essa norma não se aplica a Companhia.

b) Alteração ao CPC 26: Classificação de passivos como circulante e não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão nas demonstrações financeiras.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas--continuação

c) Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas.

d) Alteração ao IAS 8 - Definição de estimativas contábeis

A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

DS DS DS DS
FB A. BCLDS

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas--continuação

e) Alteração ao IAS 12 - Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis--Continuação

2.1.1. Base de consolidação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas. O controle obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. A participação societária da Companhia em coligadas, em 2022, está abaixo indicada:

Participação	% de participação
Direta	
Viasolo Engenharia Ambiental	49,00 %
Essencis Minas Gerais S.A.	33,33%
Empresa Metrope Tratamento e Resíduos – EMTR	27,50%
NGP Nova Geração Participações S.A. (i)	33,50%
Indireta	
PCN Suzano SPE S.A.	50,01 %

- (i) A Companhia alterou sua participação na NGP Nova Geração Participações S.A., onde houve integralização de ação subscritas, a qual aumentou cerca de 4,89% deste percentual.

DS DS DS DS
FB A BUDS I

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas--continuação

2.2. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Para fins de mensuração subsequente ativos financeiros são classificados como: i) ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ii) ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); iii) ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e iv) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, conforme a situação.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros.

DS FB DS A DS BCDs DS

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas--Continuação

2.2. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, adiantamento a fornecedores, depósitos judiciais e outros ativos.

Os instrumentos de dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros, a fim de coletar fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente aos pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto (também referido como teste de “SPPI”).

Em geral, os demais ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros detidos pela Companhia atualmente são reconhecidos do subsequentemente na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

i) Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas--Continuação

2.2. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou ii) a Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Estão apresentadas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de atualização monetária ou variação cambial, quando aplicável, e segregados entre curto e longo prazos de acordo com o vencimento.

Quando julgado necessário pela Administração, é registrada a provisão estimada para créditos de liquidação de duvidosa, que é constituída com base na análise da perda esperada das contas a receber e em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas, quando de sua realização.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas--Continuação

2.2. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia e representa passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva. Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

Os custos de obtenção da dívida que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos-futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos dos financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixas futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas--Continuação

2.2. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

c) Investimentos

Nas demonstrações contábeis os investimentos em empresas coligadas e controladas em conjunto, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. A participação da Companhia nos resultados das empresas controladas é reconhecida no resultado do período como receitas (despesas) de equivalência patrimonial. As participações societárias da Companhia estão apresentadas à nota explicativa 2.1.1.

DS DS DS DS
FB A BUDS 1

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas--Continuação

2.2. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil dos seus ativos com propósito de identificar possíveis circunstâncias que possam requerer teste de recuperação para determinados ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs).

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em UGCs, ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Não foram constatadas indicações de que os valores contábeis de bens imobilizados e intangíveis possam ser superiores aos valores de recuperação.

DS FB DS A DS BCD DS 1

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas--Continuação

2.2. Principais políticas contábeis--Continuação

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares aplicadas sobre o lucro tributável, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto sobre a renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício, sendo que o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculados da seguinte forma:

- i) *Imposto de renda pessoa jurídica*: a alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$240 mil;
- ii) *Contribuição social sobre o lucro líquido*: à alíquota de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa de imposto de renda e contribuição social-correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração da Companhia avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar às entidades fiscais.

Tributos sobre o lucro - diferidos

O imposto sobre a renda diferido (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas--Continuação

2.2. Principais políticas contábeis--Continuação

e) Imposto de renda e contribuição social

Tributos sobre o lucro – diferidos--Continuação

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que estas diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e, quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

Tributos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços exceto:

- Quando os impostos sobre serviços incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas--Continuação

2.2. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Provisões

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Companhia possui obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e para que o valor possa ser estimado com segurança.

g) Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2- Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas--Continuação

2.2. Principais políticas contábeis--Continuação

h) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou períodos posteriores, caso a revisão afete tanto o período presente como períodos futuros.

DS FB DS A BCDs DS 1

3 Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações de liquidez imediata.

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	2.492	3
Aplicações financeiras	16	27
	<u>2.508</u>	<u>30</u>

As aplicações financeiras são de curto prazo, de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. São remuneradas por taxas variáveis de 98,20 % do CDI, tendo como contraparte, bancos de primeira linha.

4 Partes relacionadas

Os saldos finais das transações ocorridas nos exercícios de 2022 e 2021 entre a Companhia e as partes relacionadas são como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Circulante		
Viasolo Eng Ambiental S.A. (i)	2.211	-
Essencis MG Soluções Ambientais S.A. (i)	338	-
	<u>2.549</u>	<u>-</u>
Ativo		
Não circulante		
Essencis MG Soluções Ambientais S.A. (i)	419	419
Total do Ativo	2968	419
Passivo		
Não circulante		
BMPI Infra S.A. (ii)	2.869	840
Total do Passivo	2.869	840

- (i) Dividendos a receber.
(ii) Dividendos a pagar.

5 Investimentos

a) A composição do investimento está demonstrada a seguir:

Investida	Participação %	Patrimônio líquido	2022	Investimentos	Equivalência patrimonial
			Resultado do exercício		
Viasolo Eng Ambiental S.A. – Capital	49,00	75.499	11.251	36.994	5.515
Viasolo Engenharia Ambiental – Ágio				1.879	
Essencis Minas Gerais S.A. Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos	33,33	41.124	4.094	13.707	1.365
NGP Nova Geração Participações S.A. (i)	27,50	50.539	5.394	13.898	1.483
NGP Nova Geração Participações S.A. – Ágio	33,50	3.277	(201)	1.135	(65)
				749	
				68.362	8.296

Investida	Participação %	Patrimônio líquido	2021	Investimentos	Equivalência patrimonial
			Resultado do exercício		
Viasolo Eng Ambiental S.A. – Capital	49,00	68.756	5.661	33.691	2.774
Viasolo Engenharia Ambiental – Ágio				1.879	-
Essencis Minas Gerais S.A. Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos	33,33	45.514	7.468	15.170	2.489
NGP Nova Geração Participações S.A.	27,50	45.145	(1.031)	12.415	(283)
NGP Nova Geração Participações S.A. – Ágio	28,61	2.114	414	604	120
				624	-
				64.383	5.100

DS DS DS DS
FB A BCDs

5 Investimentos --Continuação

b) A movimentação do investimento é a seguinte:

Investida direta	31/12/2021	Aquisição/ aumento de capital	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Dividendos	31/12/2022
Viasolo Eng Ambiental S.A. – Capital	33.691		5.513		(2.211)	36.994
Viasolo Engenharia Ambiental – Agio	1.879					1.879
Essencis Minas Gerais S.A.	15.170		1.364	(1)	(2.827)	13.707
Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos	12.415		1.483			13.898
NGP Nova Geração Participações S.A.	604	596	(65)			1.135
NGP Nova Geração Participações S.A. - Ágio	624	125				749
Total	64.383	721	8.296	(1)	(5.038)	68.362

Investida direta	31/12/2020	Aquisição/ aporte de capital	Equivalência patrimonial	Dividendos	31/12/2021
Viasolo Eng Ambiental S.A. – Capital	29.447	1.470	2.774	-	33.691
Viasolo Engenharia Ambiental – Agio	1.879	-	-	-	1.879
Essencis Minas Gerais S.A.	12.681	-	2.489	-	15.170
Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos	12.698	-	(283)	-	12.415
NGP Nova Geração Participações S.A.	274	210	120	-	604
NGP Nova Geração Participações S.A. - Ágio	526	98	-	-	624
Total	57.505	1.778	5.100	-	64.383

- (i) No ano de 2022 a Companhia integralizou capital na empresa NGP Nova Geração Participações S.A e decorrente deste, a sua participação na investida passou para 33,50%, sendo 28,61% em 2021.

6 Patrimônio líquido

6.1. Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 6.133, totalmente integralizado (R\$ 5.413 integralizado e R\$ 268 estava subscrito a integralizar, em 2021). O Capital social é composto por 6.132.764 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal,.

6.2 Reserva de lucros

A distribuição de lucros obedecerá às destinações de seu estatuto social, o qual contém as destinações, exceto quando a assembleia de acionistas deliberar de forma diferente:

- 5% para reserva legal, limitado a 20% do capital social;
- No exercício de 2022 a Companhia realizou a distribuição de de R\$ 2.029, relativo a dividendos mínimos obrigatórios. Em 2021, foram R\$ 1.211 referente a dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 64 a título de dividendos adicionais.

6.3 Reserva Legal

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$ 172, equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, conforme previsto no artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2021 o valor constituído de reserva legal foi de R\$ 254.

7 Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Serviços contratados	(13)	(8)
Outros	-	(1)
Total	(13)	(9)

8 Resultado financeiro líquido

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	3	7
Total Receita Financeiras	3	7
Resultado financeiro líquido	3	7

9. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a) Gestão de riscos financeiros

a.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem aos riscos financeiros: (i) risco de mercado (de taxa de juros); e (ii) risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela Diretoria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelos acionistas.

a) **Risco de mercado**

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros.

(i) ***Risco de taxa de juros***

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas.

(ii) ***Análise de sensibilidade***

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros e índices de correção monetária, sendo os principais instrumentos financeiros atrelados a tais índices demonstrados abaixo:

Indexador	Ativos financeiros
CDI	Aplicações financeiras

A Companhia realizou análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros expostos à variação de taxas de juros e indicadores financeiros. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação dos indexadores dos ativos e passivos financeiros, levando em consideração a exposição líquida desses instrumentos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2022, como se os referidos saldos estivessem em aberto durante todo o exercício de 2023, conforme detalhado abaixo:

Ativo financeiro exposto líquido e passivo financeiro exposto líquido: considerou-se a variação entre a taxa estimada para o ano de 2022 (“cenário provável”) e a taxa efetiva verificada no ano de 2022, multiplicada pelo saldo exposto líquido em 31 de dezembro de 2022 para calcular o efeito financeiro, caso o cenário provável se materializasse no ano de 2023. Para as estimativas dos efeitos, considerou-se um aumento na taxa estimada para 2023 em 25% no cenário I e 50% no cenário II.

Indicadores:	Ativo	Taxa efetiva em 31/12/2022	Taxa anual estimada p/ 2023	Variação entre taxas	Efeito
Cenário provável					
CDI	16	13,65%	11,75%	1, 90%	(0,31)
Cenário I					
CDI	16	13,65%	14,69%	1,04%	0,17
Cenário II					
CDI	16	13,65%	17,63%	3,98%	0,65

b) Classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com instrumentos financeiros, em destaque para aplicações financeiras. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial, de acordo com a finalidade. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida de acordo com a tabela a seguir:

	Classificação	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2508	30
Partes Relacionadas	Custo amortizado	2968	419
Passivos financeiros			
Partes Relacionadas	Custo amortizado	2869	840

c) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil estejam próximos de seus valores justos.

Atualmente a Companhia não possui instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo.

d) Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é o de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

e) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adota a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

DS DS DS DS

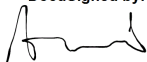
FB A BUDS

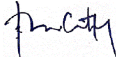
10. Provisão para riscos

A Companhia, não é parte em ações judiciais (natureza tributária, trabalhista e cível), processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.

DocuSigned by:

6B496E4486C9420...
Bruno Costa Carvalho de Sena
Diretor Presidente

DocuSigned by:

D183309D5090488...
Alícia Maria Gross Figueiró
Diretora Administrativo Financeiro

DocuSigned by:

60F81D92B56A400...
Pedro Miguel Cardoso Alves
Diretor de Investimentos

DocuSigned by:

F121D101834344B...
Farley Vasconcelos Botelho
Contador CRCMG 84.315/O-8

* * *